

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA CORRÊA SALERNO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E STAR WARS:  
AS CRISES DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E A SEGUNDA  
TRILOGIA**

**UBERLÂNDIA**

**2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA CORRÊA SALERNO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E STAR WARS:  
AS CRISES DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E A SEGUNDA  
TRILOGIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Erwin Pádua Xavier.

**UBERLÂNDIA**

**2021**

FERNANDA CORRÊA SALERNO

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E STAR WARS:  
AS CRISES DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA E A SEGUNDA  
TRILOGIA**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado à Universidade Federal de  
Uberlândia, como parte das exigências para  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Uberlândia, 8 de novembro de 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Erwin Pádua Xavier

Universidade Federal de Uberlândia

---

Aureo de Toledo Gomes

Universidade Federal de Uberlândia

---

Edson José Neves Júnior

Universidade Federal de Uberlândia

*Dedico este trabalho à minha avó  
Marina (in memoriam), com todo amor e  
gratidão do mundo.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pela força e saúde que me permitiram seguir em frente.

À esta universidade e seu corpo docente, que me deram a oportunidade de aprendizado e de oferecer os conhecimentos obtidos ao mundo.

Ao meu orientador, Erwin Pádua Xavier, pelo apoio, pelas correções e incentivos e pelas longas conversas sobre Star Wars.

Aos meus pais, por tudo que têm me dado, pelo incentivo à busca de conhecimento durante todo esse período e pelo apoio incondicional durante meus piores momentos.

Aos meus amigos, Laura e Alysson, por me ajudarem a escolher o tema, me ampararem quando muito precisei e me influenciarem a seguir com o que amo.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte e me apoiaram durante a minha formação, o meu muito obrigado.

*Todos aqueles que ganham poder, têm  
medo de perdê-lo.*

*Palpatine*

**Resumo:** O uso de obras cinematográficas para o estudo e ensino de Relações Internacionais vem se tornando cada vez mais frequente. Obras carregadas de informações políticas e culturais e influenciadas por contextos históricos são de grande importância para o entendimento de diversos tópicos. As trilogias de Star Wars são um exemplo de como uma obra pode ser influenciada por eventos históricos, e nesse caso, a segunda trilogia se demonstra recheada de referências e estruturas políticas e culturais influenciadas pela perspectiva única do criador, George Lucas. Palpatine se utiliza do enfraquecimento da credibilidade da própria democracia e se aproveita do recente apoio popular a atos não democráticos para criar seu próprio Império, justificado pela corrupção do sistema democrático vigente. Sendo assim, essa trilogia pode ser usada como ferramenta para análise de casos em que a democracia vigente se vê ameaçada por instrumentos de enfraquecimento que se apoiam em situações de crise, sempre com a intenção de obter o amparo populacional para o desmonte das instituições democráticas.

**Palavras-chave:** Cinema, cultura, democracia, golpe de estado, crise democrática, política contemporânea, Star Wars.

**Abstract:** The use of cinematographic works for the study and teaching of International Relations has become increasingly frequent. Works loaded with political and cultural information and influenced by historical contexts are of great importance for the understanding of various topics. The Star Wars trilogies are an example of how a work can be influenced by historical events, and in this case, the second trilogy is full of references and political and cultural structures influenced by the unique perspective of the creator, George Lucas. Palpatine uses the weakening of the credibility of democracy itself and takes advantage of the recent popular support for undemocratic acts to create his own Empire, justified by the corruption of the current democratic system. Therefore, this trilogy can be used as a tool to analyze cases in which the current democracy is threatened by instruments of weakening that are supported in crisis situations, always with the intention of obtaining population support for the dismantling of democratic institutions.

**Keywords:** Cinema, culture, democracy, coup d'état, democratic crisis, contemporary politics, Star Wars.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Conversa entre Shmi e Amidala.....	38
<b>Figura 2-</b> Mapa dos planetas de Star Wars.....	39
<b>Figura 3-</b> Palpatine em seu discurso sobre os poderes emergenciais.....	44
<b>Figura 4-</b> Padme reflete sobre o discurso de Palpatine.....	46

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Cinema e Relações Internacionais .....</b>	<b>12</b>
2.1. Estética e Política .....	12
2.2. Cinema e R.I.....	13
2.3. Star Wars e Política: uma introdução.....	19
<b>3. A Democracia no mundo contemporâneo e seus desafios.....</b>	<b>21</b>
3.1. Modelos e sistemas.....	22
3.2. Populismo.....	29
3.3. Histórico e indicadores do declínio democrático contemporâneo.....	30
<b>4. Star Wars, Democracia e Relações Internacionais.....</b>	<b>37</b>
<b>5. Considerações finais .....</b>	<b>53</b>
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>55</b>

## **1. Introdução**

O cinema acabou se tornando, com o tempo, uma ferramenta valiosa para o entendimento de diversos tópicos, tanto por meios óbvios, como nos casos de documentários, quanto por meios mais artísticos, que requerem uma visualização mais aprofundada para o entendimento total da mensagem passada pela obra. De qualquer forma, o uso do cinema como ferramenta para o estudo de Relações Internacionais se demonstra cada vez mais possível. Diversas obras cinematográficas já vêm sendo largamente utilizadas para a conceituação de diversos tópicos no estudo de R.I., porém, esse uso não pode ser restrito a obras que se demonstram abertamente políticas ou culturais, praticamente toda obra cinematográfica tem algum ponto importante sobre o contexto histórico em que foi produzida para trazer ao público, portanto, o uso de obras menos tradicionais até mesmo dentro de sala de aula passa a ser tão importante quanto o uso de, por exemplo, documentários.

Dessa forma, esse trabalho vai se utilizar da segunda trilogia de Star Wars como ferramenta para tratar das quedas democráticas e como elas ocorrem, se utilizando também de teorias sobre a democracia que foram desenvolvidas ao longo dos anos. Esses conceitos serão importantes para entender como os filmes demonstram que as democracias podem ser corroídas por dentro. Casos como esses ocorreram em diversos momentos da história mundial contemporânea, tornando o assunto cada vez mais importante no contexto de Relações Internacionais.

Posto isso, pode-se perceber que a política, na saga, se assemelha de alguma forma, com as quedas da democracia ao longo dos anos pelo globo, considerando que, na história vivida pelos personagens, não houve uma grande revolução ou um golpe direto contra os políticos atuais, e sim uma degradação da democracia que levou a uma abertura para que o autoritarismo pudesse ser a nova forma de representação. Tudo isso, com o apoio populacional de diversos grupos sociais que mal conseguem entender a gravidade dessa ruptura, e que acreditam piamente que essa mudança pode apenas ser benéfica ao se considerar a corrupção vivida no governo anterior. Por isso, quando analisamos mais profundamente a degradação da democracia, podemos perceber o crescimento do extremismo, seja ele de direita ou de esquerda. Esse extremismo, quando não apaziguado se desenvolve de forma a conseguir convencer toda uma

população de que uma forma de governo autoritário, ou não democrática, seria a melhor forma de se combater o desgaste governamental.

Como é possível perceber, o paralelo entre a história mundial e o universo de Star Wars pode ser feito, mas de que forma esse paralelo ocorre nos filmes e nas outras diversas mídias da história? O trabalho em geral busca saber: Como a segunda trilogia de Star Wars serve de instrumento para se investigar e problematizar os processos de corrosão gradual, e frequentemente menos visíveis, das democracias contemporâneas?

A hipótese assumida preliminarmente neste trabalho é a de que a política contemporânea se modificou e tem se modificado em grande escala, as tendências atuais de deterioração da democracia têm sido vividas por uma série de países pelo globo, e diferentemente das rupturas naturais vividas por meio de revoluções, como ocorreu nos séculos anteriores, essa modificação tem crescido de forma mais lenta e gradual, não sendo necessário que haja grandes revoluções ou guerras para que a democracia se veja ameaçada. Star Wars é uma obra rica e complexa, com diversas nuances políticas que podem ser analisadas fora do contexto do cinema e a segunda trilogia trata especialmente do processo de transição de um regime, de uma República para um Império, e serve muito bem para problematizar o assunto que tem se tornado cada vez mais relevante.

O objetivo geral aqui é o de explorar os conceitos de democracia para analisar como a segunda trilogia de Star Wars serve de instrumento para se investigar e problematizar os processos de corrosão gradual, e frequentemente menos visíveis, das democracias contemporâneas. Os objetivos específicos seriam os de: primeiramente conceituar e explicar a importância do cinema e do uso de obras cinematográficas para o estudo de Relações Internacionais, então, trazer as teorias de democracia criadas por diversos autores para enfim tratar da forma como as democracias foram ameaçadas e sofreram rupturas ao longo dos anos. O terceiro passo será o de contextualizar a política na segunda trilogia cinematográfica de Star Wars e buscar relações com o conceito de democracia, bem como de suas rupturas, e estabelecer relações com os processos contemporâneos de corrosão gradual da democracia.

Esse trabalho tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo, que consiste na ideia de que a hipótese descrita acima deve ser testada e falseada até que se possa comprovar ou não a mesma. Portanto, a hipótese acima será colocada a teste por

meio da leitura de obras de autores que já tenham feito uma análise minimamente aprofundada sobre a democracia ao longo dos anos, especificamente nos séculos XX e XXI. O método de procedimento é o estudo de caso, considerando que no trabalho deve ser analisada a evolução do objeto de pesquisa da monografia por meio de casos específicos que podem ser comparados com a obra cinematográfica em questão. A coleta de dados ocorrerá por meio de análise bibliográfica, ou seja, por meio da leitura de dados históricos e análise já realizada por diversos autores de maneira que esse trabalho possa passar por inúmeras análises até que uma seja esclarecida o suficiente para se responder ao problema aqui colocado.

Com relação à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo explicita-se a importância do estudo por meio de mídias cinematográficas, bem como sua aplicação em sala de aula e dar início à definição dos conceitos trazidos por Star Wars. No segundo capítulo, problematiza-se os conceitos de democracia e populismo, bem como demonstra-se os exemplos práticos de rupturas internas que ocorreram na história mundial. No terceiro capítulo, analisa-se a história da segunda trilogia de Star Wars de forma aprofundada e faz-se a comparação final com os casos já ocorridos na vida real, bem como alguns casos que ameaçam ocorrer no mundo contemporâneo.

## 2. Cinema e Relações Internacionais

### 2.1. Estética e Política

A estética pode ser vista por dois pontos de vista: o ponto de vista prático, em que se reconhece a estética como a harmonia das formas e/ou cores em uma peça artística qualquer; ou da forma filosófica, em que se analisa a estética como um tópico dos estudos de Filosofia, que se propõe a refletir a respeito da beleza sensível, bem como dos fenômenos artísticos no geral. Ambas são as formas de se interpretar o uso da palavra e apenas recentemente que pudemos passar a relacionar o uso e a reflexão da arte como algo político. Uma concepção que passa por diversos filósofos, sendo um deles Hegel, é a concepção de que a arte é uma expressão mais audível do tempo.

A análise de uma obra de arte nos dá a oportunidade de analisar não apenas as cores e formas, mas sim a visão de mundo de um artista. A visão niilista de que a arte deve ser vista apenas como arte e não como representação fiel da realidade também é compartilhada por diversos autores, que afirmam que é impossível representar a realidade de forma ideal, caso contrário essa seria apenas a realidade e não sua representação, portanto a arte se torna apenas a forma como seu autor vê a realidade, se tornando assim, quase sem querer, um ato político.

De acordo com Jacques Rancière, em sua obra *A Estética como Política* (2010), a arte não é política porque passa mensagens e sentimentos sobre a ordem do mundo, ao mesmo tempo também não é política por como representa as estruturas sociais, as identidades e os conflitos. A arte é política porque toma uma distância com relação a essas funções pelo modo como opera um novo recorte do espaço material e simbólico, reconfigurando e construindo a esfera política.

O autor ainda afirma que o termo “arte” não pode ser utilizado para unificar as diversas artes, sendo elas a música, o teatro, a literatura, a pintura e mesmo o cinema; o termo serve apenas para tornar essas formas visíveis, bem como o termo “pintura”, por exemplo, é o nome de um dispositivo de exposição, de visibilidade de uma arte. Portanto, foi necessária a criação da expressão “arte contemporânea” para definir toda forma de arte que se anuncia e caminha para a mesma direção: a de redistribuir as relações entre corpos, imagens, espaços e tempos por meio da arte. “A arte e a política

não são duas realidades permanentes e separadas [...] São duas formas de partilha do sensível suspensas, ambas, em um regime específico de identificação” (RANCIÈRE, 2010, p. 22).

Dessa forma, de acordo com o autor, a relação entre a estética e a política é simples, é o modo pelo qual as práticas e formas de visibilidade da arte demonstram e reconfiguram o universo sensível, como fazem o recorte do tempo e espaço bem como de sujeitos e objetos de forma singular e única. Isso significa que a arte e a política não são duas realidades separadas que não podem se entrelaçar, ambas estão ligadas por meio da partilha do universo sensível, mesmo que de formas distintas (RANCIÈRE, 2010, p. 22-3).

O estudo da arte como forma de expressão política pode passar por diversas formas de arte, como foi bem exposto por Rancière. É fácil perceber o uso de pinturas ou mesmo do teatro para passar ao espectador um momento histórico de grande importância, ou um fator cultural de enorme influência social. Porém, como é de se esperar, as formas de arte evoluíram com o passar dos anos e, por isso, essa representação, tanto política, quanto histórica, cultural e ideológica, também acompanhou o avanço e alcançou as telas de TV e o cinema por meio das obras cinematográficas (RANCIÈRE, 2010, p. 24). Nem sempre essa análise aprofundada pode ser feita de forma simples, como acontece com documentários por exemplo, mas é raro não existir ao menos um fator cultural e/ou ideológico que influenciou a criação daquela obra, mesmo que fictícia.

Portanto, é fácil perceber a importância do estudo da estética e do uso em geral da arte para a exploração de fenômenos políticos e históricos, mesmo que por meio de um viés específico e isolado que é transmitido por meio da obra artística, seja ela qual for. O uso do cinema, especialmente na sociedade contemporânea, que possui uma variedade exorbitante de exemplos, pode ser de grande ajuda tanto para o estudo quanto para o ensino de Relações Internacionais em diversos âmbitos. A quantidade de obras cinematográficas criadas como forma de lidar ou escancarar a realidade para o público comum, mesmo que por meio da ficção, como esse trabalho se propõe a analisar, é enorme.

## 2.2. Cinema e R.I.

O cinema demonstra ser de grande importância para o entendimento de diversos tópicos. Com o uso de imagens, transmitir mensagens se torna mais fácil e prático, bem como atinge uma maior parte de uma população, especialmente por ser considerada uma forma simples de lazer. Os filmes, com o tempo, passaram a ser uma forma de escape para tempos difíceis e, ao mesmo tempo, são largamente utilizados como uma forma de transmitir mensagens, fazer propaganda de regimes e ideologias, como aconteceu na Alemanha nazista, ou simplesmente de transformar conceitos abstratos em algo concreto e de fácil entendimento (SENGUL, 2005, p. 2).

Os filmes se tornam, então, um instrumento ideológico de grande influência sobre cidadão comum. As mensagens transmitidas são facilmente absorvidas e reconsideradas, de forma que os filmes conseguem mostrar e dizer a quem assiste quem eles devem ser ao apresentar “uma ideologia que transmite uma atitude com respeito a tudo do trivial ao profundo, desde o que comemos no café da manhã até se devemos ir para guerra” (BISKIND, 2000 apud SENGUL, 2005, p. 5). De acordo com Douglas Kellner (2010), os filmes podem representar uma série de coisas, bem como são feitos para que a audiência possa ver, ouvir ou experimentar o que foi filmado de formas diferentes. O cinema representa o mundo, fazendo um panorama do tempo e da história em si. Os filmes “[...] podem focar a visão no externo, aparências superficiais, ou prover visões mais críticas e profundas dos seres humanos, de relações sociais ou de processos históricos, como fazem alguns dos melhores filmes contemporâneos.” (KELLNER, 2010, p. 14, tradução nossa).

A descrição histórica de eventos por meio de produções cinematográficas pode ser facilmente associada a documentários ou a filmes que claramente buscam representar momentos históricos, como guerras ou eventos que representaram uma virada política extrema, como, por exemplo, as Guerras Mundiais ou mesmo o 11 de setembro. Porém, produções ficcionais também podem representar ideologias ou políticas, mesmo que não seja tão perceptível ou de forma tão direta como nos casos anteriormente citados. Exemplos disso são trazidos por Kellner em seu livro *Cinema wars: Hollywood Film and Politics in the Bush-Cheney Era*. De acordo com o autor, filmes como *Amityville* e a trilogia *Poltergeist*, que demonstram, por exemplo, casas entrando em colapso, podem representar o medo das famílias de classe-média dos Estados Unidos de perderem suas

casas ou de ter suas famílias destruídas em meados da década de 1980, na Era Reagan (KELLNER, 2010, p. 15).

Essas alegorias podem ser encontradas em diversas obras cinematográficas, podendo representar desde momentos políticos específicos, como o citado acima, até grandes ideologias. O mesmo autor traz ainda mais alguns exemplos de como essas alegorias são colocadas em dramas no cinema:

O filme de Paul Thomas Anderson, *Sangue Negro*, é uma denúncia contundente de uma hiper masculina vontade de poder americana e dos efeitos destrutivos da ganância e do capitalismo predatório. Enquanto *No Country for Old Men* fundamenta o mal e a violência em uma natureza implacável e em seres humanos decaídos, *Sangue Negro* enraíza a ganância, a violência e a loucura em um capitalismo desenfreado e no patriarcado, desconfortavelmente amparado - e às vezes minado - pelos pilares da religião e família (KELLNER, 2010, p. 15, tradução nossa).

Destarte, é possível trazer uma série de exemplos, inclusive mais recentes, de obras cinematográficas ficcionais que podem ser utilizadas como forma de representação política ou mesmo de uma análise social mais profunda. O filme *Us*, de Jordan Peele, é um exemplo muito claro disso, em que o diretor trata do medo do que é externo e desconhecido vivido por grande parte dos países atualmente, especialmente os Estados Unidos; ao mesmo tempo, trata da demonização do exterior, da forma como tratamos o que não faz parte da nossa nacionalidade em si, seja dentro ou fora de nossas fronteiras. Outro exemplo disso seria outro filme do mesmo diretor; *Get out* trata, claramente, de racismo de uma forma caricata e exagerada, mas que, mesmo assim, incomoda o telespectador e o faz pensar. É dessa forma que o cinema se torna uma ferramenta política, por problematizar conceitos, ideologias e fatos históricos de forma sutil (ou não), mas que atingem, diretamente, o espectador, transformando temas que não são de fácil entendimento para o cidadão comum em lazer.

Além disso, os filmes podem ser utilizados como forma de aprendizado se usados de forma adequada, mesmo em sala de aula. De acordo com os autores Stefan Engert e Alexander Spencer (2009), existem quatro formas distintas de utilizar os filmes como ferramentas de ensino dentro ou fora das salas de aula para o estudo de Relações Internacionais.

A primeira delas é focada em eventos: o filme é basicamente utilizado como forma de se transmitir uma informação da maneira mais pragmática possível, sendo um

filme algo que pode substituir apresentações de seminários ou uma aula sobre um tópico específico, não podendo, assim, substituir o ensino completo de uma matéria. Nesse caso, filmes mais utilizados são os documentários e alguns filmes populares que apresentam fatos históricos de forma mais direta, como o filme *JFK* sobre o assassinato do presidente John F. Kennedy em Dallas. Em casos como esses, é muito importante a percepção de que esses filmes são produzidos com a intenção, também, de serem vendidos e agradar ao público, mesmo leigo. Portanto, os mesmos vêm carregados de simbolismos e vieses políticos que se não forem citados e analisados podem ser prejudiciais ao estudo. Como foi explicitado anteriormente, os filmes podem representar diversas situações, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, porém, cada produção também representa a visão do autor relativamente àquela situação, de forma que o viés político quase sempre vai ser observado em filmes populares e até mesmo em documentários (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 89-90).

O autor inclusive cita o uso de ficções como, por exemplo *Star Trek VI*, um filme de ficção científica sobre a parede de ferro sendo derrubada no espaço sideral no século XXIII. E é então que se explica o segundo uso dos filmes para o ensino. Não se utilizando mais de filmes que citam diretamente momentos históricos, ou mesmo que são profundamente enviesados, trazendo, assim, a necessidade da análise mais aprofundada do filme. Por exemplo, *Star Trek IX*, *Hotel Ruanda* e *Os gritos do silêncio* são filmes que tratam de genocídio e deslocamento forçado, assim com *Diamante de sangue* trata do uso de empresas de forças militares, novas guerras e a efetividade de novas formas de governança. Além disso, um assunto que é muito explorado é o do terrorismo, considerando ser um tópico de extrema importância para a população estadunidense no geral, sendo o filme *Sabotagem*, de Hitchcock, um dos primeiros a serem produzidos sobre o tema (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 90).

No geral, a maior problemática relacionada a esses usos para o ensino é o fato de que os estudantes tendem a entender documentários como histórias contadas apenas com fatos, sendo que é sempre necessário entender que toda história é contada com algum viés, mesmo os documentários. Não importa se o documentário é aclamado internacionalmente ou se é apresentado como representação perfeita da realidade, todos são naturalmente subjetivos e, na maioria das vezes, simplificam e condensam histórias de forma a se tornar apelativos e conseguem com sucesso aparentar ser uma visão não

filtrada de acesso à realidade. Dessa forma, os estudantes acabam perdendo a habilidade de manter uma distância crítica dos fatos apresentados (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 90).

O terceiro uso é o dos filmes como narrativa cultural. De acordo com diversos autores, como Gregg (1998) e Kuzma e Haney (2001), os filmes constroem representações verossímeis da realidade, sendo uma forma simples de se ganhar acesso a histórias, ou estórias, e tópicos de política. Porém, ao mesmo tempo, os filmes não podem ser considerados uma análise não-problemática do mundo. Como já foi afirmado anteriormente, os filmes são subjetivos e sujeitos a análises das realidades próprias de seus autores. Pós-estruturalistas chegam, inclusive, a afirmar que não existe observação direta da realidade sem qualquer viés oriundo da visão individual dos assuntos tratados. Um diretor sempre será influenciado por sua experiência, seja ela política, ideológica, nacional ou ética, bem como por seu gênero, classe e família. Portanto, o que é real é completamente subjetivo, apenas uma visão pessoal entre muitas, e os filmes se encaixam nessa descrição. Os mesmos não são neutros e nem objetivos (mesmo que afirmem ser, como no caso dos documentários), são uma visão socialmente construída de um assunto, sendo, dessa forma, importantes para a análise cultural e política de qualquer tema (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 91).

Dessa forma, essa terceira forma de se utilizar os filmes se baseia no estudo cultural e na análise de diversas visões sobre um assunto. O maior problema, nesse caso, é o fato de que não saberemos se uma perspectiva é aquela que realmente representa um grupo étnico, cultural e/ou social ou se é apenas uma visão exagerada, absurda e completamente individual. De acordo com visões construtivistas, esse problema não pode ser solucionado e o espectador não deveria sequer se importar com solucionar o mesmo, porém, visões mais positivistas sobre o assunto afirmam que, de maneira simples, é possível analisar a reação da audiência. Certos filmes tendem a emocionar a audiência ao tocar em assuntos de teor cultural/étnico ou mesmo de valor histórico. Portanto, quanto mais bem-sucedido o filme, maior a possibilidade de que represente um grupo cultural e/ou um tema relevante para a sociedade de alguma forma. Nessa terceira forma, é possível, então, usar filmes como uma ferramenta para se estudar e explorar diferentes abordagens culturais e demonstrar diferenças e mudanças que ocorreram com o tempo (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 92-3)

As teorias são construções científicas e, como tais, podem ser muito mais bem compreendidas e seus pontos fortes e fracos explicativos podem ser muito mais bem descobertos se forem aplicadas a um mundo que é, obviamente, construído artificialmente, como a própria teoria, como o mundo que encontramos em um filme (ENGERT; SPENCER, 2009, p. 94).

Mesmo dessa forma, o conceito do uso de mídias populares, como o cinema, para o estudo de temas de Relações Internacionais ainda não é amplamente utilizado. Pôde-se perceber uma mudança substantiva de padrões quando houve o movimento da virada estética, que proporcionou a possibilidade de se usar e estudar fontes mais populares de análise política, porém, ainda é possível perceber que o estudo se mantém à margem.

A virada estética buscou trazer a análise de que um evento político não pode determinar a perspectiva e o contexto em que é visto, da mesma forma que não pode prever como será analisado de acordo com as experiências particulares de cada indivíduo. Portanto, “nosso esforço para entender esse evento não pode, portanto, ser reduzido ao evento em si.” (BLEIKER, 2009, p. 20, tradução nossa) e, dessa forma, podemos perceber que existe uma diferença entre o objeto em si e sua representação, e é exatamente por isso que os filmes se encaixam numa forma extremamente política de análise de eventos. Todos os filmes são representações vistas por um ângulo, um certo momento e uma certa perspectiva, fazendo dos mesmos trabalhos políticos e de representação cultural e social.

É dessa forma que a análise da segunda trilogia de Star Wars se dará. Quando se faz uma análise aprofundada dos assuntos e conceitos utilizados nos três filmes, é possível perceber uma problemática enormemente relevante e semelhante à momentos históricos vividos por diversas sociedades contemporâneas. A democracia, e sua queda, em Star Wars tem um papel importantíssimo do desenvolvimento da história, bem como já teve na história de diversos países pelo globo. Além disso, é possível usar a representação desses mesmos filmes para problematizar e analisar os sinais de degradação da democracia no mundo contemporâneo. Porém, primeiro, é necessário fazer uma análise de como a política funciona em Star Wars para então seguir com o trabalho.

### 2.3. Star Wars e Política: uma introdução

A política no universo de Star Wars é mais bem desenvolvida quando se trata na segunda trilogia (1999-2005), a trilogia que foi lançada mais tarde, porém se refere à história anterior à da trilogia original (1977-1983). Entretanto, é fácil perceber que a tensão mais fundamental em que os filmes se apoiam é o relacionamento entre o Estado e sua população. Na trilogia original essa tensão se apresenta por meio da Aliança Rebelde e suas pautas para mudanças estatais. Já na segunda trilogia, podemos analisar com mais calma exatamente o que levou um Estado, até então uma República, a se tornar um Império com o apoio popular.

A segunda trilogia de Star Wars conta com as seguintes obras cinematográficas: A ameaça fantasma, Ataque dos clones, e A vingança dos Sith. Porém, a análise política desses filmes pode ser feita inicialmente com a história que se desenrola pouco antes e pode ser encontrada em uma série de livros que foram escritos após o lançamento de todos os filmes da saga.

Como foi afirmado anteriormente, o contexto histórico em que uma obra foi escrita influencia a forma como essa obra vai se desenvolver. A primeira trilogia de Star Wars foi escrita na década de 70, e largamente influenciada pela era Nixon-Ford nos Estados Unidos, carregada pela importância da Guerra do Vietnã e os seus respectivos movimentos contracorrente, advindos de Martin Luther King Jr. e o movimento hippie. Porém, a segunda trilogia é produzida em um momento diferente dos Estados Unidos. Os anos 2000 se iniciam turbulentos, com a posse do presidente George W. Bush associado com sua eleição fraudulenta e o início da guerra contra o terrorismo. Esse contexto histórico claramente influenciou a obra de George Lucas, de forma que, é possível analisar perfeitamente o uso do terrorismo pelos governantes como ferramenta de manipulação populacional, justificando assim, atitudes questionáveis dentro da estrutura democrática como forma de prevenção e proteção contra um grande inimigo em comum. O terrorismo em Star Wars foi produzido diretamente por Palpatine, a pessoa que se utilizou das estruturas democráticas para corroer a própria, porém, a forma como essa ameaça foi utilizada pelo mesmo se assemelha bastante pela forma como Bush usou de ataques terroristas para marcar o mundo com sua política lucrativa de guerra.

Esse paralelo pode ser feito ao lado de diversos outros que podem ser encontrados nessa mesma trilogia. A forma como a democracia é tratada na obra se assemelha com diversos outros casos ocorridos ao redor do globo, bem como a forma como o governante cria um “inimigo” em comum para se aproveitar do medo e do apoio popular e então se desviar dos conceitos de democracia apenas por benefício próprio, e enfim, a maneira como a população é facilmente influenciável quando apresentada às situações como a do 11 de setembro nos Estados Unidos.

Como é possível observar, a política se mostrou de grande importância para o desenvolvimento do enredo dos filmes. Em diversos momentos é possível fazer uma relação, mesmo que rasa, com estruturas democráticas vivenciadas no mundo contemporâneo. Essa semelhança se dá até mesmo considerando-se as falhas estruturais apresentadas pela trilogia, falhas essas que foram responsáveis pela queda da República e a criação imediata de um Império Galáctico. Essas semelhanças com o ambiente internacional contemporâneo e a forma como a trilogia fez o excelente trabalho de definir como ocorre a degradação democrática internamente, e não externamente como é comum ser imaginado, é o que esse trabalho pretende analisar mais profundamente, usando essa mesma trilogia como base para o reconhecimento dos sinais a serem buscados quando se estuda a degradação democrática.

### **3. A Democracia no mundo contemporâneo e seus desafios**

A base política de grande parte dos países do mundo contemporâneo se ancora na democracia, uma forma de governo conhecida por ser a mais representativa entre as vivenciadas pela história mundial. Esse regime de governo busca evitar representantes que defendem pautas egoístas, ou que representam apenas um pequeno grupo de pessoas. De acordo com David Held, em sua obra *Models of Democracy* (a ser mais elucidado posteriormente) a participação na vida política é necessária para a proteção de interesses individuais, mas também para a criação de uma cidadania informada, comprometida e em desenvolvimento constante. O envolvimento político, ainda de acordo com o autor, é essencial para a expansão “mais alta e harmoniosa” das capacidades individuais. Essa forma de governo preza imensamente pela igualdade dos membros da sociedade, buscando amenizar efeitos de privilégios em grupos com menor representatividade, de forma a criar uma sociedade igualitária em que a liberdade atinja a sociedade de modo geral.

A democracia, quando em seu estado ideal, permite a competição justa entre postulantes aos cargos do governo, sendo assim, traz benefícios à sociedade por permitir que a mesma decida os rumos que a política de seu país vai tomar, diferentemente de regimes de governo como a monarquia, em que o representante não necessariamente deve buscar o bem maior considerado pela sociedade em geral, como pôde ser observado no passado. Dessa forma, caso a democracia não se corrompa e seus líderes busquem sempre o bem estar da população, então essa forma de governo se mantém sendo a mais representativa, devendo então ser preservada, especialmente por teoricamente barrar atitudes egoístas e autoritárias advindas do governo.

Durante anos essa mesma democracia, apesar de ser considerada o regime de governo com mais representatividade popular, passou por certas dificuldades, especialmente no século XX, o século das duas grandes guerras. Apesar desses momentos de dificuldades terem sido superados, a luta por manter a democracia forte ainda deve se sustentar, especialmente porque a política no século XXI tem se modificado em grande escala, as tendências atuais de deterioração da democracia têm sido vividas por uma série de países pelo globo, e, diferentemente das rupturas do século passado, essas modificações têm crescido de forma mais lenta e gradual, não

sendo necessário que haja grandes revoluções ou guerras para que a democracia se veja ameaçada ou degradada. Em diversos países, pode-se perceber um crescimento exponencial do autoritarismo, seja para o espectro da esquerda, seja da direita, de forma que, mesmo com uma curta análise, há a percepção de uma forte ameaça contra a democracia. Esse crescimento pode ser percebido em vários níveis e em estruturas políticas diferentes, alguns países vivenciam essa tendência ainda em seu estado mais embrionário, com o aumento da quantidade de partidos extremistas, ou até mesmo por meio do tratamento leviano para com políticas de inclusão e participação, comuns da democracia clássica.

Ao mesmo tempo, outros países vivenciam esse crescimento de forma mais intensa, onde já é possível perceber o autoritarismo alcançando cargos mais altos, como o da própria presidência, provando, assim, que é possível alimentar essa tendência embrionária até que se torne profundamente perigosa para a saúde da democracia pelo mundo. Dessa forma, é possível ainda fazer esse paralelo com a segunda trilogia de Star Wars que demonstra semelhanças com a realidade do século atual, sendo que essa trilogia representa a morte de um sistema de governo, que mesmo com alguns defeitos relacionados ao alcance de políticas a todos os planetas, é inclusivo e aberto, e o nascimento de um Império, no qual a liberdade é cerceada. Por isso, esse trabalho deve buscar explicitar essas semelhanças em relação ao conceito de democracia, bem como a importância do uso do cinema para o entendimento de pautas políticas, sociais e econômicas.

### 3.1. Modelos e sistemas

A democracia, ao longo dos anos, foi conceituada por uma série de autores pelo globo, sendo considerada por muitos como o regime de governo mais próspero e justo. Autores como Platão e Aristóteles foram os primeiros a trazer o conceito de democracia para o conhecimento popular e, com o tempo, esse mesmo conceito passou por uma série de análises e mesmo de modificações. O autor Norberto Bobbio, em sua obra *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*, traz os diferentes usos do conceito, buscando em outros autores ancoragem para suas definições. Bobbio, então, divide os usos do conceito em três: o uso descritivo, no qual se traz uma definição pura

e simples do que é a democracia; o uso prescritivo, em que se aplica juízo de valor ao que foi definido, buscando definir a quão boa ou má é a democracia; e, por fim, o uso histórico, em que se classifica e descreve a passagem natural dos regimes (BOBBIO, 1986, p. 136).

Em seu uso descritivo, o autor traz como meio de comparação outras duas formas de governo: a monarquia e a aristocracia. De maneira mais simples, essas formas de governo são diferenciadas pela quantidade de pessoas no poder e pela forma de governar: a monarquia representa o governo exercido por uma pessoa e geralmente pelo próprio bem de quem governa; a aristocracia é um governo de poucos, e ainda assim não é governado em favor do bem comum; enquanto a democracia é governada por muitos em prol do bem comum. Dessa forma, o autor afirma que a democracia é caracterizada “por ser o governo dos muitos com respeito aos poucos, ou dos mais com respeito aos menos, ou da maioria com respeito à minoria ou a um grupo restrito de pessoas (ou mesmo de um só) [...]” (BOBBIO, 1986, p. 138). Além disso, um governo democrático pode ser caracterizado por um governo em que as leis são feitas por aqueles aos quais elas se aplicam, ou seja, do povo para o povo.

Com relação ao uso prescritivo, não é possível encontrar um consenso entre os autores que em algum momento de suas obras tratam do tema. Assim como diversos temas relacionados à política, é praticamente impossível definir algo como exclusivamente bom ou ruim; por isso, a análise deve ser feita com bastante cautela. Analisando, inicialmente, Platão, nos deparamos com a democracia descrita como uma forma degenerada de poder, sendo definida, nesse caso, como o governo dos pobres contra os ricos. Para o pensador, a democracia se baseia na liberdade, porém, essa mesma liberdade pode ser facilmente corrompida por conta da ausência de freios morais e políticos e, ao mesmo tempo, pelo fato de que o homem democrático busca sempre satisfazer seus desejos acima de suas necessidades, bem como por ser condescendente para com a subversão da autoridade. Já para Aristóteles, a democracia seria a forma degenerada da Politeia, e define, juntamente com Platão, a democracia como governo dos pobres (sendo assim o governo dos muitos), e assim como um governo de ricos, um governo de pobres ainda representa apenas uma parte e é, portanto, corrupto (BOBBIO, 1986, p. 140-141).

Ao mesmo tempo, podemos analisar a ideia do pensador grego Péricles sobre o que seria a democracia. O mesmo afirma que essa forma de governo é a que representa a liberdade; a lei é a mesma para todos, tanto ricos quanto pobres, de forma que o governo é, então, das leis e não dos homens. Se a liberdade é respeitada em todas as esferas, então ninguém é realmente diferente de ninguém, o que importa são seus méritos e não o partido tomado. Sendo assim, se torna realmente muito difícil definir a democracia como algo bom ou ruim. Autores como Hobbes, Rousseau, Locke, Montesquieu, Kant e Hegel se propuseram a definir se a democracia é melhor ou pior do que outras formas de governo. Entre esses mesmos autores, a opinião predominante é a de que a monarquia seria a melhor das melhores formas de governo, e a democracia, a melhor das piores, tratando a democracia como um governo que tende intensamente à corrupção e à menor segurança, tendências que não são compensadas pela maior liberdade concedida por essa forma de governo. Já Rousseau foge desse movimento, afirmando que a democracia na realidade é a melhor forma de governo por conta da progressiva extensão dos direitos políticos e pela forma como a democracia consegue limitar o abuso de poder (especialmente pelo fato de que o povo não consegue abusar do poder contra si mesmo) (BOBBIO, 1986, p. 142-144).

Em seguida, de acordo com Bobbio, é necessário que se faça uma análise das filosofias da história, sendo elas progressivas, regressivas ou cíclicas. Esse seria, então, o uso histórico de que trata o autor, de forma que: no caso de ser progressiva, a etapa seguinte no processo histórico é um aperfeiçoamento da anterior; no caso de ser regressiva, a etapa seguinte seria, então, uma degeneração da anterior; e, por fim, no caso de ser cíclica, o que ocorre é que, após o processo de progressão ou regressão em seu curso histórico, retorna-se ao princípio. Cada autor coloca, então, a democracia em algum lugar desse processo histórico de acordo com qual filosofia com que se identifica mais. Por exemplo, no caso de filósofos mais antigos, como Platão ou Políbio, que utilizam da filosofia regressiva ou cíclico-regressiva, acreditam que a democracia seria colocada no fim do processo, sendo a forma de governo mais degenerada possível e, em primeiro lugar seria colocada monarquia (BOBBIO, 1986, p. 146-147).

Já de acordo com David Held, a democracia pode ser dividida em dois tipos: a democracia direta ou participativa, no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos na tomada de decisões; e a democracia liberal ou representativa, no qual os cidadãos não

estão diretamente envolvidos na tomada de decisões, mas tem pra si o direito de escolher oficiais que possam representar seus interesses e pontos de vista (HELD, 1987). Em seu livro *Models of Democracy*, Held trata de uma série de modelos de democracia. Os modelos clássicos sendo o de Atenas, o republicanismo, a democracia liberal e a democracia direta. Então, trata da democracia moderna, a vivida a partir do século XX, em suas formas elitista e representativa.

No caso do modelo elitista, ou de elitismo competitivo, o autor se utiliza de autores mais antigos como Joseph Shumpeter e Max Weber para desenvolver sua teoria. Ambos os autores parte do mesmo ponto de vista, de que a democracia seria um meio de escolher pessoas que seriam responsáveis pela tomada de decisões, e fossem minimamente capazes para tal, bem como de impor limites às sociedades, já que sem esse tipo de representatividade haveria pouco espaço para o desenvolvimento coletivo. Porém, para Weber a democracia representava uma forma de evitar o avanço totalitário, e para Schumpeter a democracia seria na verdade uma proteção contra a tirania em si. Weber afirma também que a democracia seria uma forma de se testar os líderes em potencial e de eliminar os mais fracos na competição por votos que se desenrola. Sendo assim, de acordo com Held, Weber considerava que existem apenas duas escolhas: decidir por se obter bons líderes e, conseqüentemente, a existência de partidos, ou então, uma democracia com liderança fraca e, conseqüentemente, políticos sem vocação. Dessa forma, para Weber a democracia seria muito mais do que um sistema político que causa a extensão da participação política, seria., então, uma forma de se escolher líderes qualificados (HELD, 1987, p. 143-4).

O autor Robert A. Dahl trata da democracia em termos diferentes. O mesmo considera que uma característica importante de uma democracia seria a “contínua resposta do governo às preferências dos cidadãos, considerados iguais politicamente”; sendo assim, ele não trata realmente do fato de a democracia em si existir (ou mesmo ter existido) ou não, e sim do que define a mesma no plano ideal. Dessa forma, ele assume que, para que o governo possa ser responsivo a essas demandas e preferências, então os cidadãos devem, primeiramente, possuir as mesmas oportunidades de formulá-las, bem como devem ter a oportunidade de explicitar essas preferências não só ao governo como aos outros cidadãos, de forma coletiva ou individual, e essas preferências devem ser

pesadas igualmente em quesito de importância pelo próprio governo (DAHL, 1971, p. 2).

Porém, é preciso entender que, para o autor, a democracia passou por duas grandes mudanças que permitem o entendimento de como é aplicada nos dias de hoje. O primeiro movimento político ocorreu quando em países como a Grécia e a Roma antiga, as ideias democráticas eram aplicadas e discutidas apenas dentro da cidade-Estado. Já o segundo movimento ocorre justamente quando a ideia de democracia passou a se afastar da cidade-Estado e pôde ser amplificada para espaços como o da nação, do Estado ou do país. Ambas as mudanças ocorreram em momentos históricos muito diferentes; como se pode perceber, o primeiro movimento se apresenta nos primórdios da aplicação da democracia como um conceito político, e o segundo movimento tomou mais impulso no século XIX, especialmente na Europa (DAHL; TUFTE, 1973, p.137).

Como resultado desse segundo movimento, algumas mudanças foram feitas de forma que a aplicação da democracia ainda pudesse ser válida mesmo em espectros mais amplos. Portanto, um dos primeiros quesitos a serem modificados foi o conceito de representação. Quando a democracia é considerada para uma cidade-Estado, então a participação de toda a população não só é possível como também necessária; porém, com a extensão dos territórios tendo se expandido, essa necessidade passou a ser inaplicável, de forma que foi necessário, então, criar um processo de representação da população. “A representação pode ser compreendida como um fenômeno histórico e também como uma aplicação da lógica da igualdade a um sistema político em grande escala” (DAHL, 2012, p. 340).

No início, apenas Estados nacionais que já possuíam corpos legislativos bem estruturados, mas não necessariamente democráticos, conseguiram, então, reformar sua estrutura política. Em suas palavras:

Nos países que foram os principais centros de democratização bem-sucedida do final do século XVIII até cerca de 1920, os órgãos legislativos, sistemas de representação e até mesmo as eleições já eram instituições conhecidas. Em consequência disso, algumas das instituições mais marcantes da democracia moderna, inclusive o próprio governo representativo, não foram simplesmente o produto de raciocínios abstratos sobre os requisitos de um processo democrático. Ao contrário, resultaram de modificações específicas e sucessivas de instituições políticas já existentes. Se elas tivessem sido gestadas apenas por defensores da democracia trabalhando exclusivamente

com projetos abstratos para o processo democrático, os resultados provavelmente teriam sido muito diferentes (DAHL, 2012, p.342).

Porém, o autor afirma que não é possível definir que na realidade a democracia moderna é apenas resultado da adaptação das antigas instituições. Dessa forma, elenca oito consequências da mudança histórica de lugar da democracia (da cidade-Estado para o Estado nacional), e o primeiro ponto é exatamente esse: os responsáveis pela aplicação da lógica de igualdade e modificação das antigas instituições deveriam sempre ter em mente que a democracia direta das assembleias dos cidadãos tinha que ser substituída por governos representativos. A segunda consequência seria a “expansão ilimitada”, ou seja, com o fim da ideia de que a democracia apenas seria aplicável a pequenas extensões territoriais, e com a representação como solução para sua aplicação em territórios maiores, então é possível acreditar que não há limites para a extensão do território da democracia moderna (DAHL, 2012, p. 343).

A terceira consequência é muito relacionada à segunda; com o aumento populacional e territorial, as formas de participação política se tornam limitadas, sendo isso, também, referente ao fato de que a democracia moderna é baseada em representação e não mais em participação direta. A quarta consequência diz respeito à diversidade; de acordo com o autor, mesmo o crescimento da diversidade não sendo diretamente relacionado com o aumento populacional, a diversidade representa um aspecto essencial para o bom funcionamento de uma democracia e, ao mesmo tempo, quanto maior e mais representativa for a unidade política, maior a possibilidade de representatividade de diversos grupos políticos (DAHL, 2012, p. 344-5).

A quinta consequência é diretamente relacionada à quarta. Com o aumento das diversidades em certo território, é impossível que não haja um aumento das divisões políticas, de forma que os conflitos ideológicos acabam se tornando inevitáveis. A sexta consequência não pode ser considerada antes de se entender o conceito de poliarquia, criado pelo autor. Ao se considerar as consequências acima citadas, a democracia moderna se distanciou de todas as outras formas de governo já vividas pela sociedade, inclusive as democráticas mais antigas, especialmente pelo fato de que algumas instituições foram sendo desenvolvidas para a possível adaptação a essas consequências, sendo assim; Robert Dahl denomina esse moderno sistema de “poliarquia”. Esta pode ser entendida

Como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-nação; como um tipo peculiar de ordem ou regime políticos que, em muitos aspectos importantes, difere não apenas dos sistemas não democráticos de todos os tipos, como também das democracias anteriores, em pequena escala; como um sistema de controle político no qual os funcionários do mais alto escalão no governo do Estado são induzidos a modificar sua conduta a fim de vencer eleições quando em competição com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos políticos; ou como um conjunto de instituições necessárias ao processo democrático em grande escala (DAHL, 2012, p. 346-7).

Portanto, a sexta consequência se relaciona fortemente às consequências quatro e cinco, ou seja, com a diversidade e os conflitos causados pela mesma, e com o fato de a unidade política ter se expandido, cria-se um grande número de grupos e instituições políticas e sociais relativamente autônomas entre si e com relação ao governo em si, o que acontece necessariamente dentro da poliarquia. A sétima consequência é um dos motivos mais expressivos pelos quais a poliarquia se difere tanto dos outros sistemas políticos, e esse motivo é a expansão dos direitos individuais. Para o autor, essa consequência não vem diretamente da expansão territorial ou populacional, mas essa expansão criou uma série de instituições políticas, que criou o novo sistema, que indubitavelmente contribuiu para o desenvolvimento de direitos individuais mais expressivos. Como não existe nenhuma sociedade sem conflitos entre os grupos antagônicos, é necessário que haja esses direitos individuais para que seja garantido a todos um “espaço livre” que não pode ser violado por decisões políticas (DAHL, 2012, p. 349).

Enfim, a oitava e última consequência seria o aumento do aparecimento dessas instituições democráticas, sendo conhecidas como “instituições da poliarquia”. O autor, em uma melhor definição do termo “poliarquia”, afirma que essa forma de governo se distingue de outras porque, além dos motivos já citados, a cidadania nesse sistema político se estende a uma parte expressiva da população adulta e, ao mesmo tempo, essa população tem o poder e o direito de se expressar contra os funcionários dos cargos mais altos da política, bem como tirá-los desses cargos caso necessário (DAHL, 2012, p. 350).

Porém, a história já demonstrou que a democracia é frágil frente a governantes com tendências autoritárias, como já ocorreu em países como a Alemanha, Itália e diversos países da América Latina. Esse regime se vê constantemente ameaçado por

políticos manipuladores, que aos poucos são bem-sucedidas em controlar a massa populacional e tornar a ideia de um autoritarismo de base popular atrativa.

Muitas das vezes, as rupturas democráticas são consideradas eventos que ocorrem por meio de revoluções ou golpes de Estado em que o governante corrente se vê exilado, morto ou preso, porém essa não é a única forma de se derrubar, se limitar ou corromper uma democracia. Ao longo da história, podemos encontrar uma enorme quantidade de exemplos em que a democracia foi derrubada, limitada ou corrompida ao passar por diversos ritos institucionais geralmente legítimos. Governantes eleitos pela própria população se utilizam de seu poder para, aos poucos, enfraquecer a constituição, bem como diminuir a influência de outros políticos e grupos diferentes e, enfim, tornar o país, antes considerado uma democracia, um país autoritário.

### 3.2. Populismo

Dentro do conceito de democracia, podem ser analisados alguns comportamentos desenvolvidos dentro da mesma que se tornam facilmente uma ameaça à mesma, um desses exemplos é o populismo, advento observado apenas na democracia moderna. O autor Jan-Werner Müller trata do tema de forma bem sucinta e afirma que, apesar dos estudos, não existe exatamente uma teoria que define perfeitamente o que seria o populismo. O que podemos aferir desse movimento é o fato de que, além de serem antielitistas, os populistas são também antipluraristas. Ou seja, os mesmos afirmam que, eles sozinhos são a representação pura do povo. Eles afirmam que os outros atores políticos concorrentes são ilegítimos e imorais, trazendo o conceito de que qualquer um que não fosse a favor daquele governo faria parte desse grupo e não do grupo “correto” da população daquele Estado (MÜLLER, 2016, p. 80).

É possível analisar também, que não existe exatamente uma agenda política populista, a ideia de “povo” é construída por meio de uma articulação discursiva, o conceito é abstrato e o populista não exatamente se preocupa com o bem comum e sim com o bem daquilo que ele define como o “povo verdadeiro” que ele representa, o conceito de que o populista busca agradar a todos é, então, equivocado. Um fator que influencia no sucesso de políticas como essa, é o conceito da maioria silenciosa, aquela maioria populacional que, conhecendo ou não como essas articulações políticas podem

ser prejudiciais, se demonstram apáticas. Dessa forma, essa maioria acaba sendo colocada no mesmo grupo dos apoiadores, ajudando na formação do discurso de que a minoria que efetivamente se posiciona contra, na verdade seria golpista e imoral (MÜLLER, 2016, p. 81).

É preciso entender, que apesar do populismo buscar passar a ideia de que, por serem governos que representam a vontade do “povo”, existiria mais participação do mesmo na política, os governos populistas não aplicam isso de verdade. Os referendos funcionam apenas como manobra política utilizada para confirmar o que o governo já definiu como verdadeira vontade de seu povo. Dessa forma, quando um populista governa, ele tende a se envolver com corrupção e clientelismo, porém, sempre afirmando possuir justificativa moral para tais práticas. Em casos mais complexos, esses populistas podem até mesmo escrever constituições, essas que seriam feitas exclusivamente para manter o governante no poder, com a justificativa de continuar perpetuando a vontade popular (MÜLLER, 2016, p. 81).

Como é possível perceber, uma das formas mais simples de se ameaçar a democracia por dentro, seria se utilizar de um discurso populista, apelando para o discurso de aproximação do governo com a população que provavelmente já se sente frustrada de uma forma ou outra. A limitação democrática por meios legais tem se tornado muito comum nessa era contemporânea da democracia, e o uso de discursos populistas têm se tornado cada vez mais uma ameaça maior para a democracia no mundo todo.

### 3.3. Histórico e indicadores do declínio democrático contemporâneo

Tratando desse tema, pode-se perceber, com facilidade, que as democracias pelo mundo passaram por diversas fases, bem como chegaram ao auge e foram derrubadas ou limitadas diversas vezes em diversos países. Grandes exemplos disso podem ser buscados na história, não apenas europeia, mas também americana. Diversos países da América Latina encontraram dificuldades em seu processo de manter suas democracias vivas. Dessa forma, é importante explicitar como essas quedas ocorreram de forma a contextualizar as dificuldades e obstáculos encontrados no processo de se sustentar uma democracia.

Destarte, primeiro é preciso entender que as democracias não falham apenas por meio de grandes revoluções, mas também por meio de políticos, como afirmam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em seu livro “Como as democracias morrem”. Na página 10 afirmam:

Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente [...] Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 10)

E é disso que esse trabalho deve tratar, da forma como essas democracias são corrompidas, limitadas ou destruídas por dentro, e aos poucos, de forma que é possível analisar até mesmo a vontade da população para o fim da mesma, como se outras formas de governo, menos representativas, pudessem de alguma forma ser o melhor para a sociedade que foi corrompida por maus líderes ou por componentes degenerados. Dessa forma, em exemplos de situações como essa que ocorreram pelo mundo, devemos tratar de países como Venezuela, Itália, Alemanha e até mesmo o Brasil.

Em meu primeiro exemplo, a Venezuela passou por um processo muito comum de deterioração da democracia. Em tempo, os venezuelanos sem sentiam ignorados e maltratados pelos partidos do país, de forma que Hugo Chávez acabou se mostrando uma salvação, especialmente por ser um *outsider*, oficial de baixa patente que nunca havia ocupado um cargo público. Em 1999, um ano após sua eleição, o então presidente conseguiu conquistar uma grande maioria para que se fizesse uma Assembleia Constituinte, de forma que, com essa maioria, conseguiu com que ele e seus aliados escrevessem uma nova constituição, sozinhos. Essa constituição foi escrita de forma democrática apesar do poder adquirido, de forma a estabelecer ainda mais sua legitimidade, que foi necessária quando em 2000 ganhou as novas eleições e em 2003 sofreu um golpe militar que veio a durar pouco tempo. Até então, Chávez não havia demonstrado nenhum traço do autoritarismo do que viria a exercer (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 11).

Apenas em 2003, o autoritarismo do líder venezuelano começou a ser demonstrado por meio de atitudes problemáticas. Quando seu populismo encontrou

obstáculos nesse mesmo ano, com um pedido de referendo liderado pela oposição, Chávez postergou o mesmo para o ano seguinte, quando, com sua popularidade aumentando por conta dos preços do petróleo, ganhou as eleições novamente. Em 2004, o governo fez, então, uma lista negra de todos que participaram do pedido de referendo e aparelhou a Suprema Corte. Até então, o presidente apenas se mantinha no poder por conta das eleições, de forma que ainda era possível analisar suas atitudes por um viés democrático. Foi apenas em 2006 que o presidente então fechou uma emissora de TV, bem como prendeu e exilou políticos e figuras públicas em geral, além de ter acabado com os limites dos mandatos presidenciais, de forma que pudesse ficar no poder indefinidamente. A partir desse momento, as vitórias seguintes deixaram de ser justas, especialmente porque o governo tinha poder até mesmo sobre a mídia (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 11).

Após a morte de Hugo Chávez, toma o poder por meio de eleições duvidosas seu sucessor, Nicolás Maduro, que imediatamente prende o líder da oposição. Apesar disso, a Venezuela ainda era pensada como uma democracia, porque líderes da oposição ainda tinham o espaço para competir para cargos públicos. Foi apenas em 2017, quando uma Assembleia Constituinte unipartidária usurpou o poder do congresso, que a Venezuela passou a ser considerada uma autocracia.

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 12)

É perigoso acreditar que democracia apenas entra em colapso como aconteceu no Chile de Pinochet, com o presidente morto ou aprisionado, a Constituição já não tendo mais poder algum e a democracia claramente derrubada. Por vias eleitorais, ainda é possível corroer a democracia e manter o verniz democrático ao mesmo tempo; dessa forma, a mudança ocorre de forma sutil ou até imperceptível à população, já que a subversão da democracia ocorre da forma mais “legal” possível, sendo aprovada no Legislativo, ou mesmo aceito em tribunais, se utilizando de desculpas como a de tornar os processos burocráticos mais eficientes. A população ainda pode criticar o governo, e os jornais não são censurados, porém são aos poucos pressionados a se autocensurar. Ao acreditar viver ainda em uma democracia, a população aceita as mudanças e se torna

submissa sem perceber. “O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la” (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 14).

Muitos exemplos de quedas de democracias por esses meios são conhecidos e estudados extensivamente, como o caso da Itália de Mussolini, ou mesmo da Alemanha de Hitler. Em ambos os casos, os líderes, posteriormente ditadores, subiram ao poder de forma democrática, Hitler por meio de eleições e Mussolini sendo chamado a ser o primeiro-ministro, tendo feito alianças com figuras públicas poderosas. O mesmo aconteceu com Alberto Fujimori no Peru e, como foi explicitado, Hugo Chávez na Venezuela. O que essas pessoas, além de tudo, tinham em comum era a facilidade com que convenciam uma população inteira de que mudanças eram necessárias; os mesmos se aproveitavam da fragilidade da política, que ocorre por diversos motivos, para transformar suas ideias em verdades universais (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 17).

Esses autoritários se aproveitam dos desafios frequentemente enfrentados pelas democracias, como crises econômicas, insatisfação popular e enfraquecimento dos partidos políticos, para se mostrarem *outsiders*, ou seja, pessoas de fora do sistema político, com visões e vivências diferentes dos *insiders*, pessoas que já se envolvem na política há anos. Dessa forma, desafiam a velha ordem e demonstram para a população saídas práticas para as crises vivenciadas, como se a política corrente não fosse suficientemente capaz de superar as mesmas. Ao mesmo tempo, os *insiders* podem buscar cooptar o *outsider* como forma de ganhar força e apoio populacional, mas sempre esperando poder controlar esse novo membro da política, mas nem sempre é possível aplicar esse controle, de forma que o *outsider* consegue sozinho tomar as rédeas do país, se tornando autoritário (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 19).

Como exemplo do que foi afirmado, podemos utilizar os mais clássicos do autoritarismo: a Alemanha nazista e a Itália fascista. Inicialmente, é fácil pensar que a Alemanha de Hitler passou por um processo diferente de outros países que vivenciaram governos autoritários, especialmente por conta dos aspectos raciais atribuídos ao governo; porém, a Alemanha nazista possui semelhanças com, por exemplo, a Venezuela de Chávez. O mesmo pode ser dito da forma como o fascismo se apoderou da Itália: em todos os três casos, os líderes eram os já citados *outsiders*, tinham um talento enorme para buscar e capturar a atenção pública, o que foi de muita importância

para obter o incondicional apoio populacional e, ao mesmo tempo, os políticos já estabelecidos ignoraram todos os sinais de alerta ao buscar uma forma de se tornarem mais poderosos, de forma que acabaram entregando o poder nas mãos dessas pessoas (ou no caso de Chávez, dando abertura) (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 21).

Ainda na América Latina, o Brasil foi um dos países a enfrentar um regime militar que foi em grande parte apoiado pela população no geral. Boris Fausto trata do período e dos anos que o precederam em seu livro *“História do Brasil”*, tornando fácil relacionar os eventos que ocorreram em um período anterior com o golpe de Estado que seria aplicado.

O descontentamento da população brasileira com questões estatais sempre foi muito claro, seja antes ou depois do período do regime militar. Durante o período democrático, no governo de Jânio Quadros, as preocupações dos brasileiros, em geral, giravam em torno da “ameaça comunista” que vinha se apropriando de grande parte dos países Latinos à época. Após uma desistência de cargo e um golpe de estado impedindo o próximo presidente de exercer seu cargo, o Brasil acabou sendo controlado por militares (FAUSTO, 2012, p. 437 – 443).

Mesmo com descontentamento da população, a “ameaça comunista” ainda se mostrava muito forte no discurso dos governantes, de forma que a população se deixou levar pelo medo e aceitou as mudanças. Então, parte da população decidiu se unir para impedir a democracia de terminar de ruir com práticas abusivas de trabalho, elevação de preços, repressão contra o movimento operário, controle da mídia, aprovação da intervenção dos Estados Unidos para impedir o avanço do comunismo, porém, esses grupos revolucionários possuíam uma liderança fraca e, rapidamente, o golpe militar se tornou possível. O presidente com a reputação arruinada, considerado fraco e sem capacidade, aliado ao fato de que a economia estava em frangalhos e a “ameaça comunista” se tornava cada vez mais forte conferiu a esse mesmo golpe um apoio grandioso da população (FAUSTO, 2012, p. 444 – 462).

Foi então que o governo militar passou a se aproveitar do espaço e apoio que haviam conseguido com a população, e, com a desculpa de ainda acabar com o comunismo, passou a perseguir as pessoas que declarassem opiniões contra o atual governo, bem como retirar direitos e censurar os meios de comunicação. Durante o período, até mesmo os relatos econômicos eram falsificados, criando assim a ideia de

um milagre econômico que na realidade não ocorreu, sendo que as políticas econômicas da época deixaram, inclusive, uma dívida que levou diversos governos para ser paga (FAUSTO, 2012, p. 478-490).

Dessa forma, é possível analisar que, para que haja a ruptura da democracia, alguns pilares devem ser reconhecidos e, aos poucos, enfraquecidos. Como já foi analisado com as teorias de Robert A. Dahl, a democracia moderna, o que ele chama de poliarquia, conta com pontos importantes, sendo eles:

1. O de respeito às diversidades e divisões políticas;
2. Direito à expressão, incluindo o poder de se expressar contra governantes, juntamente com o poder de, se necessário, expulsar governantes, que não respeitam as instituições ou não representam mais a população, do cargo que assumiram.

Porém, podemos analisar isso ainda mais profundamente e afirmar que, com as mudanças contemporâneas, esses pilares se expandiram. Portanto, devemos considerar que:

3. O direito de se expressar alcança, então, a mídia, portanto, deve existir a liberdade de expressão para livros, canais de TV, pessoas públicas e filmes;
4. Direito a manifestações de rua;

Ao mesmo tempo, com a diversidade, devemos considerar os grupos marginalizados, que mesmo podendo não ser uma maioria populacional, ainda fazem parte da nação e devem ser tratados como tal, portanto, outros pontos são:

5. Liberdade de associação e de crenças;
6. Direito de escolha de governantes por meio de eleições diretas e indiretas;

E finalmente, consideramos os principais direitos fundamentais:

7. Igualdade perante a lei;
8. Independência do judiciário;
9. Direito políticos e civis fundamentais;

Portanto, é possível notar que grande parte das rupturas democráticas ocorre de dentro pra fora e, nesses casos, pode existir uma parcela da população que apoia atos antidemocráticos em prol do “bem maior”. Dessa forma, podemos considerar que a saga Star Wars traz uma representação bem fidedigna dessas situações, especialmente a segunda trilogia, mesmo sendo uma obra cinematográfica de ficção. A segunda trilogia

de Star Wars conta com as seguintes obras cinematográficas: A ameaça fantasma, Ataque dos clones, e A vingança dos Sith. Porém, a análise política desses filmes pode ser feita inicialmente com a história que se desenrola pouco antes e pode ser encontrada em uma série de livros que foram escritos após o lançamento de todos os filmes da saga.

#### **4. Star Wars, Democracia e Relações Internacionais**

Star Wars é uma obra, tanto cinematográfica quanto literária, recheada de referências políticas em seu universo que podem ser aplicadas em eventos da vida real como uma lupa afim de iluminar e explicar eventos de forma lúdica. As referências políticas representativas ao tema desse trabalho se encontram na segunda trilogia, os três filmes que foram gravados posteriormente à trilogia original, mas que se referem a eventos passados, bem como em obras literárias que trazem com mais detalhes os eventos que levaram gradativamente à queda de um sistema democrático e a implantação de um sistema ditatorial.

Primeiro, é necessário entender a estrutura política a ser analisada. As personagens vivem em um sistema político conhecido como República Galáctica, um modelo de sociedade que abrange milhares de sistemas planetários, formado por um chanceler e diversos senadores vindos dos planetas representados, formando um Senado Galáctico. Os senadores são escolhidos de acordo com as leis de cada planeta, que podem ou não ser diferentes entre si, não tendo importância na estrutura geral da República. O chanceler é votado pelos senadores, bem como pode apenas ser indicado por outros para concorrer ao cargo, e deve necessariamente ser um senador previamente a ser indicado para o cargo. O cargo de Chanceler é de extrema importância considerando que o mesmo rege todos os planetas, mas não tem poder absoluto sobre os mesmos, dessa forma, grandes encontros de senadores são feitos para que os representantes dos planetas possam passar ao chanceler suas preocupações e necessidades (REIS et al, 2016).

É possível analisar nessa estrutura uma certa semelhança com os Três Poderes de um sistema Parlamentar, sendo o Executivo representado pelo Chanceler, o Legislativo pelo senado Galáctico, e um sistema Judiciário, representado pela sua Suprema Corte. Unido a esses Poderes, estava o Alto Conselho Jedi, formado pelos guardiões da paz e da justiça munidos de capacidade de controle da Força, sendo uma instituição vista pela maioria como religiosa. Eram, portanto, um grupo religioso e militar, mas que não possuía poder decisivo sobre as reuniões do Senado (REIS et al, 2016).

Importante também é entender como as trocas comerciais se dão nesse universo. A República, como já dito, é formada por diversos planetas, porém, como é de se esperar, alguns desses planetas são negligenciados pelo governo central, isso por causa da distância desses planetas do centro e do que podem comercializar. No centro, encontram-se planetas como Alderaan e Coruscant, que são o que se pode considerar planetas com grandes metrópoles e a representação pura de como a influência capitalista se dá na galáxia, Coruscant sendo, inclusive, o Sistema Central da República, onde os senadores se reúnem. Um pouco mais afastado, no que é chamado de *mid rim* (aro médio), encontram-se planetas como Naboo e Kashyyyk, que possuem grandes economias e são de grande importância para a venda de materiais e artigos de luxo. Os citados são planetas muito bem representados no senado, por serem economias essenciais para o funcionamento da República, porém, existem planetas que estão no que se chama de *outer rim* (aro externo) que, por serem muito afastados do centro e muito pobres, são negligenciados e suas necessidades pouco consideradas pelo senado. Nesse aro encontram-se planetas como Geonosis e Tatooine, em que, sequer as leis da República conseguem ser implantadas de forma eficiente (REIS et al, 2016).

“PADMÉ: Eu não acredito que ainda existe escravidão na galáxia. As leis antiescravidão da República...

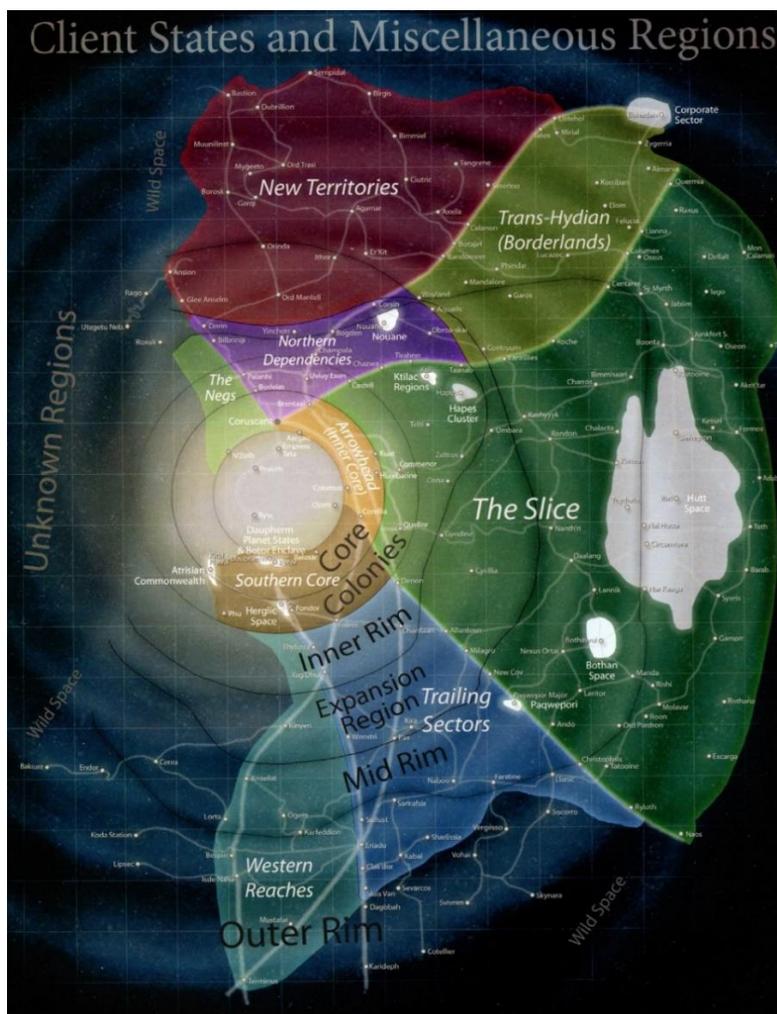
SHMI: A República não existe aqui... nós devemos sobreviver sozinhos”  
(STAR Wars, 1999, tradução nossa)

Figura 1: Conversa entre Shmi e Amidala



Fonte: Star Wars: Ameaça Fantasma, 1999.

Figura 2- Mapa dos planetas de Star Wars



Fonte: [https://starwars.fandom.com/ru/wiki/Хвостовые\\_сектора](https://starwars.fandom.com/ru/wiki/Хвостовые_сектора)

Tendo em vista toda essa estrutura que se mantém intocada por milhares de gerações podemos então analisar com profundidade a forma como a mesma ruiu. Nessa obra de ficção, várias personagens se demonstram de grande importância para os acontecimentos que precedem o fim da República, em especial é importante reconhecer o conflito milenar entre Siths e Jedis. Os Jedis, como já informado, são o grupo militar religioso que faz parte da estrutura estatal. Esse grupo é formado por pessoas que possuem o poder de controlar a Força, uma energia que conecta todos os seres da galáxia. Os Jedi são treinados desde jovens, logo quando é percebido que o indivíduo possui sensibilidade à Força. O foco do conflito entre Jedis e Sith se dá principalmente por conta de uma diferença muito forte com relação a princípios do uso da Força. A religião Jedi prega o uso da Força por meio da paz de espírito, diferente dos dissidentes

Sith, que pregam o uso da mesma por meio do conflito emocional, tornando seus poderes mais agressivos (LUCENO, 2012).

Por milhares de anos o conflito entre ambos se estendeu após os Sith terem sido exilados na Orla Exterior, e aparentemente demonstrou encontrar um fim quando o ultimo conflito acabou com os Sith completamente massacrados (LUCENO, 2012).

Os Jedi, apesar de serem de grande importância para o desenvolvimento da história, não são os causadores do problema, apesar de o conflito entre Siths e Jedis ter sido um dos estímulos para o golpe que iria ocorrer, fazendo com que o conflito seja minimamente religioso, as motivações principais foram muito políticas, e a principal personagem a tomar todas as ações políticas é Palpatine, o senador que representa o planeta Naboo. Desde o início de sua carreira como senador, Palpatine já possuía planos para tomar a República. Esse plano possuía uma série de passos que, aos poucos, faria com que parecesse estritamente necessária a criação de um Império, e para isso, se aproveitou de todas as estruturas de dentro da República (LUCENO, 2012).

Para tanto, a primeira de suas ações para tomar o poder da República é buscar formas de convencer os senadores de que o atual chanceler, Valorum, é corrupto, trabalho esse que não foi muito difícil considerando que Valorum já havia se demonstrado incompetente e facilmente manipulável. Sendo assim, Palpatine se apoia no fato de que as trocas comerciais entre planetas não possuem impostos, de forma que, com o tempo, uma organização de comércio, conhecida como Federação do Comércio, criada com o intuito de criar grupos comerciais, passa a monopolizar todo o comércio entre os planetas, inclusive do *outer rim*. Sabendo do poder que a Federação agora tinha em mãos, Palpatine traça um plano para que a mesma consiga uma justificativa para se militarizar, portanto, financia grupos terroristas para ataca-los sem que ninguém saiba. Esse foi um ato muito importante para o crescimento do poder da Federação, que com a justificativa de estarem sob ameaça constante criam o exército de dróides, robôs armados que aceitam apenas o comando do líder da Federação (CLONE Wars, 2008; LUCENO, 2012).

Ao mesmo tempo em que Palpatine, sem conhecimento do chanceler, apoia a Federação, mantém também uma relação de forte influência sob o chanceler, e o convence a trazer de volta os impostos sobre as rotas comerciais antes cobradas dos planetas, de forma que a Federação acaba sendo prejudicada, algo que vai justificar

ações posteriores. Enquanto isso, Palpatine convence a Federação a transportar um alto valor monetário ilegal, que rapidamente é interceptado pelos terroristas (ainda financiados por Palpatine). Esse valor é então investido em um dos bancos que Valorum, o chanceler, possui. Portanto, a Federação, em um dos encontros com os senadores, reclama de estar sendo prejudicada pelas taxas novamente implementadas, bem como reclamam de estarem sendo, ainda, roubados por terroristas (LUCENO, 2012).

Se aproveitando da onda de insatisfação da Federação, Palpatine convence então o chanceler a dar um espaço a eles no senado, fato também que vai ser de grande importância no futuro. Concomitantemente, Palpatine, sendo um Lorde Sith (sem que ninguém saiba), assassina o rei de Naboo, com a intenção de colocar alguém mais manipulável em seu lugar, dessa forma, indica Padmé Amidala para o cargo de rainha, já que o planeta possui um sistema de monarquia eletiva. Depois de todo esse trabalho feito por trás dos panos, Palpatine então convence a Federação de Comércio a impedir o comércio com Naboo, em forma de protesto por estarem sendo taxados pela República (CLONE Wars, 2008; LUCENO, 2012).

A Federação do Comércio então cria um bloqueio com suas naves de guerra que interrompia todos os carregamentos que tivessem como destino o planeta Naboo, de forma que, ao manter esse boicote ao comércio de Naboo, busca convencer a então rainha Padmé Amidala a assinar um tratado de acordo com a Federação, impedindo assim que a República pudesse se envolver no conflito. A rainha Amidala tem então, que fugir de seu planeta por estar sendo constantemente atacada, e quando pode, denuncia o ataque à soberania de Naboo no senado. Porém, seria impossível conseguir uma resposta rápida aos problemas vivenciados pelo planeta por conta de toda a burocracia que a República tem que respeitar. É então que Palpatine se aproveita da ingenuidade da rainha de Naboo e das acusações de corrupção que o chanceler havia recebido por conta de uma quantidade suspeita de valor monetário investido em um de seus bancos, e convence a rainha Amidala a mover um voto de não-confiança contra o chanceler Valorum, tirando o mesmo do cargo com facilidade (STAR Wars, 2002).

PALPATINE: Se eu puder dizer, Sua Majestade, o Chanceler tem pouco poder de verdade... ele está atolado em acusações de corrupção infundadas. Um escândalo manufaturado o rodeia. Os burocratas estão no comando agora.

AMIDALA: Que opções temos?

PALPATINE: Nossa melhor opção seria empurrar uma eleição para um Chanceler Supremo mais poderoso. Um que irá tomar controle dos burocratas, impor as leis, e nos dar justiça. Podemos pedir um Voto de não-confiança para o Chanceler Valorum.

...

AMIDALA: (com raiva) Eu não vou adiar... Eu cheguei antes de você para resolver esse ataque à nossa soberania agora. Eu não fui eleita para assistir meu povo sofrer e morrer enquanto vocês discutem essa invasão em um comitê. Se esse corpo não é capaz de agir, eu sugiro que uma nova liderança é necessária. Eu movo um voto de não-confiança... à liderança do Chanceler Valorum.

VALORUM: O quê?... Não! (STAR Wars, 2008, tradução nossa)

Assim que o voto de não-confiança ocorre, o Senado deve logo indicar os senadores a concorrer ao cargo de chanceler, e dessa forma, Palpatine consegue ser indicado, bem como ganha as eleições e se torna o novo chanceler da República Galáctica. Dessa forma, Amidala ajuda Palpatine a completar uma das partes mais importantes do seu plano sem saber. Seu plano então consistia em 7 passos:

- 1- Acabar com a reputação de Valorum
- 2- Dar um motivo para que a Federação do Comércio possa ter um exército e trocar o líder (Vice-rei) por alguém manipulável, ato que ocorreu com o assassinato do Vice-rei anterior
- 3- Convencer a Federação de que era importante bloquear Naboo impedindo que mercadorias necessárias para o planeta cheguem até eles, como forma de protesto pelos impostos
- 4- Convencer a Federação a invadir o planeta e forçar a rainha a assinar um acordo legalizando as ações da federação e impedindo o senado de interferir
- 5- Reclamar ao senado que o planeta passa fome e culpar Valorum por dar tanto poder à Federação
- 6- Convencer a Rainha Amidala, colocada no poder de Naboo por ele, a pedir o voto de não confiança para Valorum

7- Convencer alguém o nomear para o cargo, tomar o poder, e forçar a federação a acabar com o bloqueio a Naboo e parecer um herói (STAR Wars, 1999; STAR Wars, 2002).

Após completar todos esses passos, seu caminho para se tornar o Imperador Galáctico estaria cada vez mais curto, e tudo que precisasse fazer em seguida se tornaria mais fácil. Já no segundo filme, *Ataque dos Clones*, nos deparamos com a história avançada em 10 anos, quando um movimento separatista, chamado de Confederação dos Sistemas Independentes, está a caminho de causar uma guerra contra a República Galáctica, e no caso, o chanceler Palpatine buscava o voto dos senadores para que pudesse receber poderes emergenciais e criasse um exército para combater os separatistas (STAR Wars, 2002).

Porém, Padmé Amidala, anteriormente rainha e agora senadora de Naboo, se recusa a votar a favor do Ato de Criação Militar. Palpatine, como se pode esperar, estava na realidade financiando do grupo separatista para ter uma desculpa para a criação de um exército, e reconhecendo que a senadora seria um problema para a aprovação do Ato, arquitetava uma série de tentativas de assassinato para com ela e a força a entrar em reclusão. Como o planeta não pode ficar sem a representação no senado, Padmé coloca Jar Jar Binks, morador de Naboo de outra raça que foi responsável pelo acordo entre humanos e Gungans na época da batalha contra a Federação, em seu lugar no senado (STAR Wars, 2002).

Por fim, fica perceptível como essa troca seria importante para os planos de Palpatine. Jar Jar Binks era muito mais ingênuo do que a ex-rainha de Naboo, e poderia facilmente ser convencido a votar a favor do Ato, enquanto a real senadora estaria em exílio por temer por sua vida. Ao mesmo tempo, é necessário entender também o sentimento geral que passava por todo Senado. Em meio à crise, e à beira do início de uma guerra contra os separatistas, o sentimento era muito forte de nacionalismo. A ideologia patriótica acabou trazendo um pensamento de “nós-contra-eles”, o que foi de grande ajuda para a aprovação dos poderes emergenciais, e do uso dos recém-descobertos clones como arma militar (STAR Wars, 2005).

PALPATINE: Foi com grande relutância que aceitei este chamado.  
Eu amo a democracia ... eu amo a República. O fato de que esta crise está

exigindo que eu receba poder absoluto para governar sobre vocês é evidente. Mas sou brando por natureza e não desejo destruir o processo democrático. O poder que vocês me dão vou abandonar quando esta crise passar, eu prometo a vocês. E tudo que peço em troca é que quando meu atual mandato terminar, vocês me permitam aposentar e viver minha vida em paz.” (STAR Wars, 2002, tradução nossa).

Figura 3: Palpatine em seu discurso sobre os poderes emergenciais



Fonte: Star Wars: Guerra dos Clones (2002)

Portanto, quando Binks, mesmo em sua ingenuidade, usa seu voto para aprovar o Ato, e ao mesmo tempo iniciar uma guerra, ele estava envenenado pelo mesmo sentimento trazido pela crise. Sendo assim, nesse momento em que os poderes absolutos são concedidos ao chanceler é que há, pela primeira vez, a suspensão da democracia, e mesmo havendo a promessa de que a mesma seria reestabelecida, esse foi apenas o próximo passo para que fosse derrubada eventualmente (STAR Wars, 2002).

O filme seguinte, A Vingança dos Sith, representa a guerra, que já havia começado ao fim do filme anterior, mas que se estendeu durante anos. Seu mandato havia sido estendido, apesar de ser contra a própria constituição da República, fato que demonstra uma grande confiança vinda do senado para com o chanceler. Por conta disso, os Jedi passam a considerar Palpatine uma séria ameaça à democracia, sendo acusado de abusar de seus poderes durante a guerra. Dessa forma, essa desconfiança leva o

Conselho Jedi e buscar tomar atitudes contra o chanceler, em busca de retirá-lo do poder (STAR Wars, 2005).

ANAKIN: O Chanceler não é uma pessoa ruim, Obi-Wan. Ele fez amizade comigo. Ele cuidou de mim desde que cheguei aqui.

OBI-WAN: É por isso que você precisa nos ajudar, Anakin. Nossa fidelidade é com o Senado, não para com seu líder que deu um jeito de permanecer no cargo muito depois do fim de seu mandato.

ANAKIN: Mestre, o Senado demandou que ele ficasse mais.

OBI-WAN: Sim, mas use seus sentidos, Anakin. Algo está errado.

(STAR Wars, 2005, tradução nossa).

Na citação acima, é possível perceber algo muito importante para que o ato final de Palpatine seja possível, o apoio de um dos Jedi, que por seu histórico já se mostrava uma pessoa suscetível a se deixar vencer por seu egoísmo e sede por poder, característica clara de quem se rendia ao lado “negro” da força. A amizade de Anakin com Palpatine é muito representativa de sua posterior aproximação com os ensinamentos Sith, especialmente pelo chanceler ser um Mestre Sith e entender e sentir as necessidades que o discípulo dos Jedi possuía. Quando Palpatine descobriu a complô que estava sendo feito contra ele, se aproximou ainda mais de Anakin e buscou seu apoio nos acontecimentos que iriam se seguir. Portanto, se aproveita da fragilidade de Anakin, que havia acabado de perder sua mãe, e o convence de que o lado sombrio da força poderia dar ao mesmo o poder de burlar até mesmo a morte, de forma que, consegue o convencer a se tornar seu discípulo (STAR Wars, 2005).

Dessa forma, com a ajuda de Anakin, Palpatine consegue convencer o Senado de que os Jedi estavam buscando acabar de vez com a democracia e tomar o poder, e por isso estavam tentando o derrubar do cargo de chanceler. Com essa justificativa, lança uma ordem ao exército de clones, que assassinam os Jedi, acusados de traição. Enquanto isso, Anakin mata todos os *padawans* (crianças em processo de treinamento Jedi), e viaja em busca de matar o vice-rei da Federação de Comércio e os demais líderes separatistas, que mesmo tendo sido uma peça essencial para o poder que Palpatine havia adquirido, já não tinham mais nenhuma função a ser exercida em seu plano. Então, em sessão especial do senado o chanceler Palpatine instaura, finalmente, o primeiro Império Galáctico. Considerando que, todas as outras ações de Palpatine foram apoiadas pelo

senado, que mal podia perceber a dissimulação nas intenções do mesmo, recebem a notícia da criação do império com aplausos e felicitações (STAR Wars, 2005).

PALPATINE: A guerra chegou ao fim. Os Separatistas foram derrotados, e a rebelião Jedi foi frustrada. Estamos no limiar de um novo começo.

PADME: Bem, esse é o momento que descobrimos se ele tem a intenção de retornar a República à uma democracia.

PALPATINE: A fim de garantir nossa segurança e estabilidade contínua, a República será reorganizada no primeiro Império Galáctico, para uma sociedade segura e protegida que garanto que durará dez mil anos. Um império que continuará a ser governado por este augusto corpo, e um governante soberano escolhido para toda a vida... Um império governado pela maioria...Governado por uma nova constituição. . .

PADME: Então é assim que a liberdade morre, com um estrondoso aplauso...

(STAR Wars, 2005, tradução nossa).

Figura 4: Padme reflete sobre o discurso de Palpatine



Fonte: Star Wars: A vingança dos Sith, 2005

Posto isso, pode-se perceber que a política, na saga, se assemelha de alguma forma, com as quedas da democracia ao longo dos anos, considerando que, na história vivida pelos personagens, não houve uma grande revolução ou um golpe direto contra os políticos atuais, e sim uma degradação da democracia que levou a uma abertura para que o autoritarismo pudesse ser a nova forma de representação, tudo isso, com o apoio populacional de diversos grupos sociais que mal conseguem entender a gravidade dessa ruptura, e que acreditam piamente que essa mudança pode apenas ser benéfica ao se considerar a corrupção teoricamente vivida no governo anterior. Por isso, quando analisamos mais profundamente a degradação da democracia, podemos perceber o crescimento do extremismo, seja ele de direita ou de esquerda. Esse extremismo, quando não apaziguado se desenvolve de forma a conseguir convencer toda uma população de que uma forma de governo autoritário, ou não democrática, seria a melhor forma de se combater o desgaste governamental.

O uso de teorias como a de Levistky e Ziblatt são de grande importância para o entendimento dos passos tomados por um governante para a queda de um sistema democrático. Bem como é possível perceber o uso de mecanismos populistas no discurso que Palpatine usa para justificar o golpe de Estado. Primeiramente, a importância dos passos tomados por Palpatine se mostra da seguinte forma: o primeiro passo tomado pelo até então governador de um Planeta, é o de enfraquecer o líder atual. O uso de um discurso populista se torna importante nesse momento, se utilizando da afirmação de que o governo atual é, na realidade, corrupto e incapaz. O discurso da moralidade do próprio governante se torna presente aqui. Aos olhos da população, Valorum era influenciável demais e tomava decisões ruins, porém quando sua moral entra em jogo na manobra tomada por Palpatine com a Federação do Comércio, a população se torna ainda mais inquieta e desesperada por mudanças, demonstrando assim, que Palpatine foi bem sucedido em tornar o governante um inimigo do sistema.

Como Palpatine era um *outsider*, uma pessoa que apesar de estar envolvida na política, se mostrava firme em suas opiniões contra o governo atual e, ao mesmo tempo, jamais havia tido acesso a cargos altos próximos dos verdadeiros tomadores de decisões, seu discurso era bem aceito por grande parte dos Senadores, já que o mesmo se mostrava uma pessoa que poderia, de alguma forma, ser a mudança necessária para vício de anos de corrupção vivenciada pela República. Palpatine se mostrou sempre

uma pessoa que entendia as dores dos Senadores, especialmente por ser um deles. Dessa forma, conseguiu com facilidade a confiança das pessoas que, futuramente, seriam responsáveis pelo impeachment do atual governante e ao mesmo tempo apoiariam o golpe por meio da justificativa de Palpatine. Casos como esse ocorreram na história mundial, como já foi bem explicitado, em países como a Venezuela e mesmo o Brasil. O ponto chave nesse momento, é o apoio populacional,

Ao mesmo tempo, é possível perceber que, ao longo de seu governo, Palpatine ainda se utiliza do medo da população para tornar o Império ainda mais poderoso. A eliminação dos opositores logo no início de seu governo se mostra muito importante para o futuro, onde Palpatine toma a decisão de militarizar ainda mais seu Império com a intenção de proteger o aparato estatal de rebeldes, demonizando assim, a parte da população que era contra sua governança, os tornando imediatamente inimigos do Estado que deveriam imediatamente ser eliminados pelo bem maior.

Durante todo esse tempo, Palpatine não se utilizou de manobras ilegais e nem desafiou a constituição vigente, a tomada de poder de forma “legal” não levantou suspeitas nos Senadores, de forma que, o apoio dado ao Imperador pelos mesmos não se mostrou problemático aos olhos de ninguém. Todos os passos tomados por Palpatine foram justificados por um governo anterior, corrupto, incapaz, imoral e incompetente. A realidade é que, no momento em que a Senadora Amidala percebe que um golpe estava sendo aplicado, a democracia já havia sido corroída. Aquele pode ter sido o momento de percepção de uma pessoa que claramente não estava envolvida, porém, aquele momento final, em que Palpatine anuncia a criação do Império e é aplaudido, foi apenas a consequência da corrosão interna de um governo fragilizado, e conseqüentemente, da corrosão da própria democracia.

Portanto, é possível analisar a forma como, aos poucos, Palpatine consegue corroer a estrutura democrática, atacando seus pilares e, assim, conseguindo finalmente aplicar o golpe.

1. Quando decide acabar com a reputação de Valorum, na intenção de manipular a opinião popular, Palpatine se utiliza de diversas manobras para tornar o ato possível. O uso da Federação do Comércio como forma de punir o planeta por reivindicar seus direitos com relação aos impostos se mostra o ato mais

importante nesse momento, sendo esse em que um dos pilares fundamentais da democracia passa a ruir, o da liberdade. A população e seus governantes se veem encurralados para aceitar um acordo que se mostra prejudicial aos mesmos. A permissão para que a República pudesse agir da forma que quisesse com o planeta põe as liberdades individuais e fundamentais da população.

2. A forma como Palpatine lida com os rebeldes e os praticantes do que é considerada a religião Jedi também é um fator importante. Nessa democracia, as liberdades de se expressar contra o governo vigente e de associação e crenças são afligidas no momento em que os grupos se tornam inimigos do Estado, principalmente, quando a ordem de eliminação dos Jedi entra em vigência.
3. Ao mesmo tempo, os direitos à vida, segurança, propriedade e igualdade perante a lei se tornam obsoletos. Ao tratar, tanto um grupo religioso quanto o grupo de rebeldes, como grupos que devem ser eliminados para o bem da prosperidade do governo, bem como fortalecer a militarização como forma de eliminar os grupos, são atos que colocam em xeque esses direitos para essas pessoas. Não existe igualdade, direito à vida ou à segurança quando um grupo passa a ser perseguido e deliberadamente eliminado pelo Estado. Nesse momento, ele se utiliza da tática populista de criação de um inimigo em comum para então unir seus apoiadores em um segundo grupo. Isso se demonstra claro quando Palpatine provoca a tentativa de golpe contra si mesmo, se utilizando da forma que os Jedi se comportam ao descobrir seus planos para então colocar toda a população contra eles.
4. Enfim, Palpatine tira, de toda a população da República, o direito de votar em um governante que possa representar seus interesses. Ao criar o Império, a intenção é a de que ele mesmo fosse o governante de forma vitalícia, dessa maneira, a população da galáxia, além de não poder se demonstrar contra o governo, não poderia trocar de governante caso aquele não os representasse mais.

O uso da obra para aplicação em eventos da vida real se torna quase automático nesse ponto. A estrutura da República, por exemplo, se assemelha grandemente com a estrutura política da Roma antiga, com a estrutura de um “corpo parlamentar” formado por senadores que possuíam autoridade sobre os magistrados. A queda da Roma

republicana também se deu por meio de um governante, Júlio César, que influenciou a queda da República, se tornando ditador com a justificativa de resolver uma crise e sendo aprovado pelo senado para ter poderes quase ilimitados, porém quando a crise fosse resolvida, ele deveria devolver esse poder ao senado, o que não ocorreu. Apesar de ter falecido pouco antes da consolidação Império, deixou os espólios de anos de corrosão a seu sucessor, Augusto. Referências a outros momentos históricos importantes também podem ser vistas, especialmente se o fator da estética for considerado. Os uniformes dos oficiais da Estrela da Morte, estação espacial bélica criada pelo Império, tinham forte inspiração de uniformes nazistas, bem como é possível analisar também a atitude dos simpatizantes do Império para com as espécies esteticamente fora do padrão humano. O uso do preconceito, atrelado à demonização de grupos rebeldes e um governo autoritário, trazem os elementos da influência dos governos fascistas na obra.

Apesar de se basear em momentos históricos marcantes do passado, a obra ainda não se tornou obsoleta. Casos contemporâneos podem ser analisados pela mesma lente da obra, já que em países como Estados Unidos, Rússia, Hungria e Brasil, é possível perceber a forma como a democracia é tratada e corroída de dentro para fora por meio de governantes mal intencionados. Os casos dos Estados Unidos e do Brasil são parecidos, e fortes elementos populistas são vistos em ambos os governos de Trump e Bolsonaro. O uso de um inimigo em comum, nesse caso o comunismo, bem como a desmoralização de governos anteriores, claramente com políticas antagonistas ao governo atual, e o uso de um discurso agressivo, que ataca minorias e a idealização das armas e da militarização são fortes elementos de ambos os governos, que se utilizam dos mesmos para justificar atitudes que ferem a democracia aos poucos. Por serem governos populistas, recebem apoio quase incondicional de uma parcela da população que se sente ferida por governos que possuem pautas sociais, e que, na visão desses grupos, bem como dos governantes, são governos imorais e corruptos, incapazes de uma governança justa. Esse discurso veio se construindo com os anos, especialmente com toda a carga histórica do Brasil e da influência do discurso estadunidense no golpe militar vivido pelo país.

Da mesma forma, a Hungria tem mostrado estar passando por problemas parecidos, apesar de seu caso trazer uma preocupação maior para a comunidade

internacional, especialmente para a União Europeia. No início da pandemia do COVID-19, em 30 de março de 2020, o Parlamento aprovou um estado de emergência que concederia poderes extras ao governante, de forma que, o Executivo poderia, então, passar por cima do Parlamento se a decisão fosse considerada de importância para conter o avanço da doença no país. A “lei de capacitação”, como foi chamada, recebeu críticas internacionais, incluindo da própria União Europeia, que não aprova a atitude tomada pelo governo, mas que não sabe como lidar com a situação no momento, permitindo que lei fosse ratificada livremente, e sem prazo de prescrição. O uso de uma situação de emergência para dar ao Executivo poderes praticamente ilimitados é uma tática comum para governantes autoritários, abusar de situações como essa se torna mais fácil já que a população se encontra fragilizada e com medo, depositando suas esperanças de melhora em um governo que promete cumprir como seus deveres, mas, apenas com a condição de receber esses poderes que o permite tomar decisões sem que as mesmas precisem ser aprovadas pelo aparato estatal.

Nesse contexto, o uso de obras de arte, especialmente o cinema, como forma de crítica ou, até mesmo, como obra elucidativa, se torna muito importante. Os elementos históricos na obra podem ser facilmente aplicados na vida real, tanto em momentos do passado quanto em situações contemporâneas. Rancière foi o autor a afirmar que a arte pode facilmente se entrelaçar com a política, e que ambos não são realidades completamente separadas. Dessa forma, utilizar tanto os filmes, quanto as animações e os livros, como instrumentos ideológicos para mais facilmente elucidar momentos de uma vivência política real é uma forma simples de demonstrar como a arte se entrelaça com a política de forma quase natural.

O uso de mídias como documentários, que demonstram os eventos históricos da forma mais prática possível, é simples e efetivo, porém, as mídias consideradas fictícias podem facilmente se apoiar e se basear em elementos históricos ou mesmo políticos atuais para construir um universo aparentemente afastado da realidade. Star Wars seria o exemplo perfeito para demonstração desse fenômeno. À primeira vista, é uma obra que foge completamente da realidade vivenciada por qualquer pessoa do globo, se utilizando de elementos futurísticos e quase utópicos para a construção de um universo complexo. Porém, se sujeito a uma análise mais profunda, se trata de uma obra com elementos muito mais próximos da realidade do que se espera, e não seria impossível se

utilizar de obras como essa para o ensino em sala de aula de temas como autoritarismo, racismo e xenofobia, guerras econômicas, estruturas políticas e muitos outros. Não apenas isso, mas até mesmo fora das salas de aula, a obra ainda assim se mantém como uma oportunidade de aprendizado por meio do lazer que a população comum do globo já está acostumada a vivenciar.

Por isso, dar importância a essas obras é de extrema necessidade. O estudo de certos temas não precisa ser maçante e desinteressante, com obras cinematográficas e literárias que tratam de temas importantes de forma leve esse entendimento pode ser ampliado.

## 5. Considerações finais

O uso de mídias cinematográficas tem se tornado cada vez mais importante para o estudo de diversas áreas. Por isso, o uso de filmes como Star Wars nos permite analisar conceitos que são aplicados tanto na ficção quanto na vida real, mostrando assim, que o uso de mídias pode se tornar uma ferramenta valiosa para o entendimento de problemas como o da democracia em falência pelo globo, e, até mesmo, ser usada para a análise de situações contemporâneas de casos como o dos Estados Unidos ou da Hungria. Esse quesito em específico é analisado no primeiro capítulo, em que concluímos que o uso de ferramentas não tradicionais acaba se tornando essencial, não apenas por serem uma representação lúdica da realidade, mas também por demonstrarem a forma como seus criadores (e a sociedade e cultura em que eles estão envolvidos) veem essa realidade, nos dando então, diferentes perspectivas para acontecimentos normalmente demonstrados por apenas um ponto de vista. A visão popular da realidade também modifica os acontecimentos históricos, e por meio de mídias podemos ter acesso à essas diferentes visões para uma construção mais completa e justa de conceitos acadêmicos.

No segundo capítulo, é possível perceber que a análise principal se dá em torno da forma como as democracias conceituadas podem ser derrubadas por meios não tradicionais. No mundo contemporâneo, já não é mais preciso que as revoluções ou revoltas tomem um governo e apliquem um golpe para que a democracia se veja ameaçada, e diversos países do globo vivenciaram situações em que, sem a percepção do povo, os pilares democráticos foram lentamente derrubados, dando abertura a um golpe com o suporte populacional. Mesmo com seus direitos fundamentais ameaçados, a população deixa que o governante se aproveite de seu medo e insegurança para que justifique a queda final da estrutura democrática vigente.

É importante notar que, apesar de serem campos que aparentemente não possuem conexão, as mídias podem trazer conceitos importantes que, quando estudados de forma mais profunda, podem ser benéficos para a área. Como é o exemplo do caso tratado nesse trabalho. Star Wars é um conjunto de filmes, séries e livros aparentemente utópicos que podem parecer, à primeira vista, não possuir conexão alguma com eventos reais, mas que quando vistos por olhos mais atentos, trazem conceitos importantes como

o de democracias em queda, guerras religiosas, estruturas políticas tanto democráticas quanto imperialistas, populismo e política internacional. Sendo assim, no terceiro capítulo, essa comparação se dá ao analisarmos a forma como Palpatine se comporta momentos antes de finalmente tomar o poder para si. A arquitetura de um plano complexo para deteriorar o governo democrático vigente, bem como a gradual privação de direitos, claramente não percebida pela população, são fatores cruciais também utilizados anteriormente, e atualmente, por governos espalhados pelo globo.

Dessa forma, o uso dessa mídia cinematográfica em específico se demonstra de grande importância no estudo desses tópicos, bem como de muitos outros. Como foi afirmado anteriormente, os filmes tratam de assuntos muito importantes para a política atual, sendo eles a xenofobia e preconceito, racismo, intolerância religiosa, guerras civis, terrorismo, entre outros. Assim, há ainda a abertura para uma pesquisa futura, em que é possível ainda analisar a maneira como essa nova forma de governança vai afetar negativamente a população que já sofre com todos esses temas. Os problemas intrínsecos da República não desapareceram após a proclamação de um Império, isso, unido ao fato de que agora a população se vê desprovida de diversos dos seus direitos, causa repercussões importantes na sociedade, por isso, o estudo desse momento pós-golpe é, também, possível.

## 6. Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CLONE wars. Direção: Dave Filoni. Lucas Film; Lucas Film Animation. Califórnia. 2008. Disney Plus. Acesso em: 2 nov. 2021

DAHL, Robert A. **Polyarchy**: participation and opposition. 16. ed. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAHL, Robert. **A Democracia e Seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert; TUFTE, Edward. **Size and Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1973.

ENGERT, Stefan; SPENCER, Alexander. International Relations at the movies: Teaching and Learning about International Relations through film. **Perspectives**, v. 17, n. 1, 2009, p. 84-104.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

GREGG, Robert W. **International Relations on Film**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

HELD, David. **Models of democracy**. 3. ed. Boston: Polity Press, 2016.

KUZMA, Lynn M.; HANEY, Patrick J. And Action...! Using Film to Learn About Foreign Policy. **International Studies Perspectives**, v. 2, n. 1, Fevereiro 2001, p. 33-50.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LUCENO, James. **Star Wars**: Darth Plagueis. Nova York: Del Rey, 2012.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REIS, Guilherme Simões; LEMOS, Carlos; BARREIRA, Renato; DIAS, Wesley. **A ciência política de Star Wars**. Disponível em:

<<https://inteligencia.insightnet.com.br/a-ciencia-politica-de-star-wars/>>. Acesso em: 02 nov. 2021

SCHLAGWEIN, Felix. Hungria não é mais uma democracia. **DW**. 16 mai. 2020.

Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/hungria-nao-e-mais-uma-democracia/a-53454965> >. Acesso em: 2 nov. 2021

ŞENGÜL, Ali Fuat. **Cinema and representation in International Relations:**

Hollywood Cinema and the Cold War. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Ancara: Middle East Technical University, 2005.

STAR Wars Episódio I: A Ameaça Fantasma. Direção: George Lucas. 20th Century Fox, 1999. Disney Plus. Acesso em: 2 nov. 2021.

STAR Wars: Episódio II - Ataque dos Clones. Direção: George Lucas. 20th Century Fox, 2002. Disney Plus. Acesso em: 2 nov. 2021.

STAR Wars: Episódio III - A Vingança dos Sith. Direção: George Lucas. 20th Century Fox, 2005. Disney Plus. Acesso em: 2 nov. 2021.